

**DOSSIÊ: \_**

**LITERATURA E FORMAÇÃO  
DA CONSCIÊNCIA NACIONAL**



LYGIA SEGALA\*

## APRESENTAÇÃO

Dos anos 1990 para cá, amplia-se, nas discussões acadêmicas, o interesse sobre o pensamento social brasileiro. Botelho; Schwarcz (2009), em livro recente,<sup>1</sup> indicam esses dados nos balanços realizados em instituições de ensino e pesquisa no país. Comentam ainda como essa atenção especializada vem se alargando por circuitos diversos de leitores, no sistema de ensino, na mídia, no discurso político, nas coleções didático-pedagógicas, em mostras itinerantes: rebenta uma “nova curiosidade” sobre esses “Brasis”, *interpretados* nas letras e nas artes, especialmente a partir do século XIX, com foco angular nas reflexões em torno do nacionalismo cultural de meados do século XX. É certo que, em apropriações mais balizadas, narrativas ou expositivas, abertas a público, argui-se cada vez mais, cá e lá, essa entidade Brasil, de temporalidade rasa, apoiada em seletas lineares e simplificadas “de ideias e de fatos”, expressões de continuidades e de consensos solenizados, datados e naturalizados. Sinalizam-se, com mais nitidez, as condições sociais que possibilitaram essas fabricações discursivas con-  
correntes sobre o país, as mediações, na história, entre práticas e produtos intelectuais.

A atualidade e a complexidade desses debates nos estimula a apresentar este dossiê sobre a produção cognitiva da nação enquanto coletividade moderna, nas construções simbólicas que a revelam, a

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

<sup>1</sup> Cf. SCHWARCZ, L. M. e BOTELHO, A. (org.). *Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. O livro pretende atingir outros segmentos de público para além dos leitores comuns e críticos do tema.

partir de recortes específicos do campo literário brasileiro, entre os anos 1930 e 1960.

A literatura – como bem mostra Antonio Candido (2006) – tem desde os oitocentos um lugar privilegiado na compreensão do desenvolvimento e da diferenciação da vida intelectual brasileira. Na exaltação romântica, cultivava-se o senso de brasilidade, a “afirmação do próprio contra o imposto”.<sup>2</sup> Mas é nos anos 1930, no contexto de centralização autoritária do governo Vargas, que os debates intelectuais, a produção textual e iconográfica articulam e estabilizam discursos *próprios* sobre o país, definindo a “característica nacional”. Toma corpo, segundo Sérgio Miceli (2001), “a concepção de ‘cultura brasileira’ sob cuja chancela, desde então, se constituiu uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos, às custas das dotações oficiais”.<sup>3</sup> Acentuam-se, de um lado, descontinuidades com apreciações então correntes sobre o “precário unionismo brasileiro”,<sup>4</sup> relacionadas à falta de unidade racial, ao fadário da mestiçagem, ao mandonismo local. De outro, distinções em face da herança colonial portuguesa, da “galomania”, do cosmopolitismo das cidades voltadas para a Europa. De costas para a terra.<sup>5</sup>

Neste contexto, em que ganham prestígio os *estudos brasileiros*,<sup>6</sup> alarga-se e diversifica-se um campo intelectual em vias de constituição e de autonomização. Este torna-se, como frisa Garcia (1993), uma “via privilegiada de reconversão para as grandes famílias de fazendeiros – do café e da cana-de-açúcar – que estavam então em declínio devido às mudanças e às crises no comércio internacional”.<sup>7</sup> A circulação ampliada das ideias e dos modos expressivos dessa elite ilustrada, por vezes ocupando postos públicos, firma-se no crescimento do mercado editorial – e as consequentes significações impostas pelas formas de publicação e pelas coleções *nacionais* autorizadas – e do leitorado qualificado pela unificação e expansão

<sup>2</sup> CANDIDO, A. *Formação da literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Ouro sobre Azul, 2006 (1957), p. 333.

<sup>3</sup> Cf. MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 216p.

<sup>4</sup> FREYRE, G. “Manifesto Regionalista”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE REGIONALISMO, 1., 1926, Recife.

<sup>5</sup> Recuperam-se então autores afinados com essa discussão. O livro *Os Serões* (1902) de Euclides da Cunha tem um lugar de primazia, revelando-se na acolhida crítica “como um verdadeiro mito de origem da nação brasileira: o Brasil só podia reconstituir suas raízes voltando-se para as populações despossuídas do interior do país, tomando em consequência distância do litoral atlântico que o ligava à Europa”. Cf. GARCIA, A. “Les Métissages et la construction culturelle de la nation: maison de maître et mesure d’esclaves pour heritage”. *Hérodote, Revue de géographie et de géopolitique*, n. 98, 2000. 140p. A relembrar que a concepção de inferioridade dos povos mestiços, apresentada na obra, é questionada nos debates dos anos 1930: na interpretação culturalista, a mestiçagem, valorada positivamente, é tomada então como “característica nacional”.

<sup>6</sup> GARCIA, A. “Les Intellectuels et la conscience nationale au Brésil”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n. 98, 1993. p. 20-33.

<sup>7</sup> Idem: 20.

do sistema educacional, pela criação das universidades. Contam, no mais, conforme Azevedo (1996), a difusão da imprensa e dos “modernos recursos de publicidade e de propaganda”.<sup>8</sup> O poder simbólico desses escritores instiga novas formas de pensar, produzindo um imaginário relativamente unificado, sentidos compactuados sobre a coletividade nacional.

Este dossiê reúne artigos dos antropólogos Afrânio Garcia, Gustavo Sorá e Vassili Rivron. No âmbito do nacionalismo de Estado do período varguista, em que são fundamentais as questões relativas à unificação cultural do país, à produção e à cristalização de discursos totalizadores, entretecidos na afirmação de uma *consciência nacional*, Afrânio Garcia reflete sobre a produção dos conteúdos de obras literárias regionalistas, então inovadoras, consideradas como constitutivas de um panteão “autenticamente nacional”, e a relação dos significados dessas narrativas textuais com o espaço social dos seus produtores e também dos seus difusores. Gustavo Sorá analisa a criação e a expansão de circuitos de distribuição e de difusão do livro nacional no período, as redes de relações sociais e de mediações políticas que sustentam, nesse mercado editorial, apostas na coleção *Documentos brasileiros*, no “romance regionalista nordestino”. Vassili Rivron, trabalhando sobre a produção de categorias de apreciação, critérios de classificação e de consagração de histórias literárias, discute como esses livros contribuem não só “para a formação do corpus literário nacional”, mas também para a definição e difusão de “modalidades específicas de percepção das obras de arte e da cultura em geral” no país.

Os autores modelam seus objetos com aproximações diferenciadas: Garcia, mineiro, é formado no país e por esta literatura, “sabida” desde a escola. Como professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977-1995) e depois na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, vem realizando cursos, seminários e pesquisas sobre a produção intelectual brasileira, sobre a circulação internacional e formação de quadros dirigentes nesse país.

Sorá é argentino, pesquisador do Conicet (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas), coordenador da área de Antropologia Social do Museo de Antropologia da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, com pós-graduação – mestrado e doutorado – realizada no Brasil.<sup>9</sup> Rivron, francês, com formação em ciências políticas no Institut

<sup>8</sup> AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Brasília: Editora UnB, 1996 (1ª. ed. 1945 pelo IBGE): 347.

<sup>9</sup> Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Defendeu, neste Programa, sua dissertação de mestrado, em 1994: “Livros de uma exposição: etnografia das Bienais Internacionais de Livros do Rio de Janeiro e São Paulo”, e sua tese de doutorado em 1998: “Brasilianas. A Casa José Olympio e a instituição do livro nacional”.

d'Études Politiques de Grenoble,<sup>10</sup> é professor da Universidade de Caen Basse Normandie, França, com cursos regulares no PPGAS/MN/UFRJ e pesquisa de campo no Brasil para a sua tese de doutorado defendida em Paris, na EHESS.<sup>11</sup> Tanto Rivron como Sorá, em espaços acadêmicos diferentes, foram orientados por Afrânio Garcia: Sorá foi seu último orientando de doutorado no PPGAS, e Rivron foi seu primeiro orientando na EHESS.<sup>12</sup> Nesse diálogo, mediado por textos, marca-se uma afinidade interpretativa, um trabalho denso de colaboração intelectual.

Os cursos e as pesquisas de Luiz de Castro Faria, no Museu Nacional,<sup>13</sup> suas “lições de praticante”, são referências importantes nessas construções analíticas do pensamento social brasileiro. Garcia sublinha que nas suas aulas e estudos dirigidos, nos anos 1975-1992, Castro Faria “obrigava cada um a ver que cada escrito singular é um ponto numa rede que é preciso restituir para a compreensão dos significados de ‘cada discurso’”.<sup>14</sup> A partir de leituras minuciosas de Michel Foucault (1968) e Pierre Bourdieu (1968), instigava os alunos, o grupo de pesquisa a “compreender os processos sociais e cognitivos responsáveis pela durabilidade ou mudança das formas de pensar consagradas”.<sup>15</sup>

As ementas e os programas dos seus cursos, reunidos e comentados em livro,<sup>16</sup> revelam a dimensão cumulativa e processual de sua reflexão “sobre critérios tradicionais de classificação e recuperação da produção intelectual considerada como constitutiva/representativa do ‘pensamento social brasileiro’ [...] sobre a presencialidade do passado, [...] sobre os critérios

<sup>10</sup> Em 1996, apresenta no IEP Grenoble seu *mémoire*: “L'épopée moderniste: construction d'un imaginaire politique au Brésil (1917-1930)”. Cabe observar que, anteriormente, presta seu serviço militar como *coopérant* no Brasil, montando o REFEB (Réseau Français d'Études Brésiliennes), programa de apoio a bolsistas franceses no Brasil.

<sup>11</sup> RIVRON, V. *Enracinement de la littérature et anoblissement de la musique populaire: étude comparée de deux modalités de construction culturelle du Brésil (1888-1964)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2005.

<sup>12</sup> Sorá e Rivron tiveram, respectivamente, como coorientadores de tese Luiz de Castro Faria (PPGAS/MN/UFRJ) e François Laplantine (Université de Lyon, França).

<sup>13</sup> Luiz de Castro Faria foi também professor da Universidade Federal Fluminense e um dos criadores do Nufep (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas)/ UFF.

<sup>14</sup> GARCIA, A. “Arqueologia do inconsciente nacional – seminário sobre história do pensamento social brasileiro”. In: Castro Faria, L. de. *Antropologia – escritos exumados 3: lições de um praticante*. Niterói: EDUFF, 2006. p. 72. Afrânio Garcia, em 1987 e 1992, ministrou os cursos sobre pensamento social brasileiro, no PPGAS, junto com Castro Faria.

<sup>15</sup> Idem: 68. Estão citados obrigatoriamente nas bibliografias os textos de FOUCAULT, Michel. “Réponse au Cercle d'Épistémologie”. *Cahiers pour l'analyse*, Paris, n. 9, 1968, p. 9-40 – e de BOURDIEU, Pierre. “Campo intelectual e projeto criador”. In: POUILLON, J. (org.) *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 105-145 (*Les Temps Modernes*, 1966. p. 865-906).

<sup>16</sup> CASTRO FARIA, L. de. *Antropologia – escritos exumados 3: lições de um praticante*. Niterói: EDUFF, 2006.

de consagração de autores “intérpretes da realidade nacional” e as regras que presidem a constituição de galerias de clássicos”.<sup>17</sup>

Nos estudos aqui arrolados, Garcia, Sorá e Rivron buscam relacionar as trajetórias sociais e intelectuais dos autores / editor escolhidos e suas publicações, reconstituir as condições de sua produção (escrita, economia interna do texto, edição), seus modos de divulgação, de acolhida crítica, de consagração e de apropriação. Importa “conhecer” obras “reconhecidas”, interrogar essas “obras de referência” tornadas “obras de reverência”, como frisava Castro Faria.

A análise feita por Afrânio Garcia do romance regionalista nordestino e dos processos particulares de sua definição como marco da literatura “autenticamente” brasileira é marcada pelas reflexões de Pierre Bourdieu sobre campo literário, de Michel Foucault sobre autoria, e de Roger Chartier sobre as relações entre autoridade de saber e forma de publicação. Garcia toma como base o trabalho dos escritores José Américo de Almeida (1887-1980) e José Lins do Rego (1910-1957), mais especificamente seus romances *A Bagaceira* e *Menino de Engenho*.<sup>18</sup> Explora os modos através dos quais revelam o *interior*, o mundo rural dos engenhos de açúcar através de um exercício textual próximo à oralidade, do léxico local e da vivência dos autores como sujeitos da narração. Explica – e esse é um ponto central – como essas experiências pessoais objetivadas por uma circularidade entre ficção e memória, o apreço pela genealogia, pela linhagem, pela autoridade tradicional, pela intimidade se transformam em símbolos da coletividade nacional. Diferente da viagem moderna de Mário de Andrade, dos sentidos de “desgeografização” e de “tradição móvel”,<sup>19</sup> a autenticidade sugerida pelos textos, como “continuidade e essência”, fixa-se por critérios de espaço e de tempo. De um lado, em oposição ao litoral mais cosmopolita, o *interior* localizado em um nordeste já apresentado no “Manifesto Regionalista” de 1926, como o lugar do “equilíbrio” entre as “influências” portuguesa, africana e ameríndia, como “a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda

<sup>17</sup> Ementa do curso História do Pensamento Social Brasileiro, 2º semestre de 1981. Para o 3º Seminário sobre os “Instrumentos analíticos e sua utilização”, aparece como uma das referências bibliográficas o texto de GARCIA, Afrânio. “O Brasil como representação: leitura crítica de O que se deve ler para conhecer o Brasil”. *Comunicação*, n. 6, Rio de Janeiro, 1980. Este texto também está citado nos programas dos cursos do 2º semestre de 1984 e no 1º semestre de 1992.

<sup>18</sup> A 1ª edição do *Menino de Engenho* é de 1932, no Recife. Em 1934 é reeditado pela Editora José Olympio, Rio de Janeiro. Em 2010, celebrou-se a 100ª edição do livro (José Olympio/Record - RJ), com um milhão de exemplares vendidos, segundo o selo da capa: “um clássico para todas as gerações”.

<sup>19</sup> ALMEIDA, José Américo. *A Bagaceira*. São Paulo: José Olympio, 1928; ANDRADE, Mário de. *Macunaima*. São Paulo: Eugenio Cupolo, 1928. São publicados no mesmo ano.

fervem” e que definem o Brasil.<sup>20</sup> De outro, o sentido de uma “comunidade atemporal” em que atualidade e ancestralidade se entrelaçam nessas unidades sociais – o engenho, afirmando uma particularidade cultural da nação. Garcia problematiza essas construções como referências cultivadas nos novos projetos editoriais, interessados no enraizamento da literatura brasileira. Mostra que os “romancistas nordestinos” são assim classificados e percebidos como grupo, dentro de uma estratégia de publicações da Editora José Olympio, no Rio de Janeiro.

Essa produção do mercado editorial em expansão (e do leitorado), calçada em debates intelectuais indicados e negociações políticas, os modos de distribuição, as esferas de circulação,<sup>21</sup> a celebração da crítica autorizada, conferem uma dimensão nacional a esses escritos das elites regionais, leituras tornadas obrigatórias nas bibliotecas e nas instituições de ensino. Gustavo Sorá (1999) analisa em outro trabalho, já publicado,<sup>22</sup> a especificidade dessa Casa Editora na construção de uma cultura nacional. O selo José Olympio, marca de distinção, promovia livros e autores, oferecendo títulos considerados como “autenticamente brasileiros”, nos anos 1930-1950, momento particular de “unificação de um espaço editorial nacional institucionalizado”.

Uma parte desse artigo é retomada, no presente dossiê, tendo, porém, como reflexões consequentes o lugar do editor, as formas e o poder da sua “arte da amizade”. Esmiúça a inserção de José Olympio no mundo dos livros em São Paulo e depois no Rio: a particularidade do comércio, das rodas intelectuais nas livrarias – pontos de encontro, de debates, de negociações intelectuais e políticas – das suas relações preservadas em espaços sociais de autoridade e prestígio na capital. Detém-se na relação estreita que o editor estabelece com seus editados, criando condições para que pudessem dedicar um tempo mais largo à atividade literária – escrita, tradução, seleção de textos –, intercedendo pessoalmente nas suas desobrigas políticas, garantindo para seus autores expressão pública, assim como abrindo com eles redes de compromissos recíprocos, tocadas pela afetividade e pela linguagem de parentesco. Essas apostas interessadas repercutem no alargamento de tais redes de proximidade quase doméstica, nas indicações,

<sup>20</sup> Cabe observar que fotógrafos interessados em documentar a “especificidade da cultura brasileira”, nos anos 1940-1960, elege o Nordeste e as Minas Gerais do barroco como percursos obrigatórios para a revelação do Brasil, tendo por vezes como mapa simbólico textos literários escolhidos, “autores consagrados ligados à terra”. Cf. SEGALA, L. *Bumba-meu-boi Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2001. p. 26-57; BISILLIAT, Maureen. *Aproximações: fotografias*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2009 (inédito).

<sup>21</sup> A indicar, a importância da criação, pelo ministro Capanema, do Instituto Nacional do Livro, em 1937, com o objetivo de realizar novas edições de interesse nacional e de expandir bibliotecas em todo o país.

<sup>22</sup> SORÁ, G. “La Maison et l’entreprise: José Olympio et l’évolution de l’édition Brésilienne”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 126-127, p. 90-102, 1999.



“descobertas” de outros escritores, celebrando a Casa como lugar do dom e da confiança, núcleo das vanguardas intelectuais dos anos 1930, espaço de certificação da produção literária nacional. Apreende-se do texto que, ao projetar o seu *nome* por meio do seu capital social acumulado, o editor faz circular e valer os títulos que edita, os autores que contrata e consagra. A Casa, nos termos de José Olympio, é o “centro intelectual do Brasil”.

Por uma outra entrada, Vassili Rivron (2010) toma como objeto de análise o livro a *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919), de Ronald de Carvalho (1893-1935).<sup>23</sup> Traz uma reflexão refinada sobre as operações particulares através das quais a seleta de textos publicada qualifica-se como obra nacional reconhecida, articulando, na análise, a trajetória social do autor como escritor, jornalista e diplomata – e a história do livro –, da sua produção aos seus usos e apropriações simbólicas. Dialoga com os estudos de Anne-Marie Thiesse, Pierre Bourdieu, Afrânio Garcia, Sérgio Miceli e com outros especialistas em historiografia da literatura nacional.

Na economia interna da obra, Rivron discute os critérios e valores que possibilitaram ao autor selecionar, relacionar, hierarquizar os textos no tempo, construindo, por esse sistema classificatório, um senso de totalidade, transcrição resumida de uma continuidade espiritual, de uma ancestralidade cultivada, de uma “alma do povo” – essência nacional – e suas fronteiras. Arguindo esse sistema de percepção, mostra criticamente como os objetos do estudo *literatura* e *nação* são tratados como “naturais e a-históricos” na compilação comentada, ordenada principalmente por apreciações formais ou julgamentos temáticos. Sublinha na construção retórica dessa “singularidade nacional” – como bem indicam Thiesse (1999) e Löfgren (1989)<sup>24</sup> – as referências estruturantes dos modelos internacionais já consagrados.

<sup>23</sup> Na sua tese de doutorado, Rivron mostra como se construiu no Brasil a identidade nacional através da cultura (1888-1964), levando em conta dois domínios, na hierarquia das práticas (erudito e popular), considerados emblemas da nacionalidade: a literatura e a música popular. No primeiro recorte examina as histórias da literatura brasileira, referência para este artigo, e no segundo, os programas musicais de rádio em que eram difundidos por circuitos ampliados ritmos musicais reconhecidos mais tarde como a Música Popular Brasileira. Ver, a esse respeito, seu artigo recente: RIVRON, Vassili. “Le Goût de ces choses bien à nous: la valorisation de la samba comme emblème national (Brésil, années 1920-1940)”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 179, 2010. p. 4-13.

<sup>24</sup> Anne-Marie Thiesse chama a atenção para as referências materiais e simbólicas que constroem o sentido de nação e conformam, por comparação e contraste, identidades nacionais: a história estabelecendo uma continuidade com grandes ancestrais, a galeria de heróis, a língua, os monumentos culturais, o folclore, a paisagem típica, as representações oficiais (hino e bandeira), os tipos humanos, a culinária etc., itens que são inculcados e aprendidos como herança comum, esteio da solidariedade laica, da emoção patrimonial. Cf. THIESSE, A.-M. *La Création des identités nationales: Europe XVIIIe. – XXe. siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 14. Oskar Löfgren mostra como essa *checklist* identitária, produzida na Europa do século XIX e elaborada no século XX, é sistematicamente retomada e ressignificada enquanto projeto transnacional. Cf. LOFGREN, O. “National Culture as Process”. *Ethnologia Europea* XIX, 1, 1989, p. 5-24. Afirma-se nesses processos uma circularidade tensa entre circulação e fronteira.

Situa o livro diante de outras histórias literárias já publicadas no país, apoiadas em diferentes linhagens teóricas – especialmente as de Silvio Romero (1888) e José Veríssimo (1916) –, e aquelas que aparecem depois, interpretações mais diferenciadas em termos acadêmicos, marcadas também pelos debates das ciências sociais.

Para além do conteúdo interpretativo do livro relacionado a outras obras afins, revisto em 1935, Rivron discute as preocupações das políticas de difusão e conservação da cultura e do mercado editorial nos anos 1930-1940, os contextos de circulação da *Pequena História...* (e de suas reedições), o seu uso pedagógico no sistema escolar, de um lado e de outro, a posição de Ronald de Carvalho no espaço social de produção intelectual no Rio de Janeiro, seu trabalho político, sua experiência internacional, seu papel na representação diplomática brasileira como chaves outras necessárias para a compreensão do reconhecimento de sua “vocação literária” e para a consagração oficial desses seus escritos.

Considerado como um “clássico escolar”, autorizando referências, convenções e valores para uma consciência nacional, o livro tem seus méritos analíticos datados, superados pelo desenvolvimento disciplinar da historiografia literária nas universidades, a partir dos anos 1960, e pelas mudanç as no sistema de ensino. Guarda-se, porém, por suas apropriações sucessivas, como modelo narrativo de adesão coletiva, título escolhido do patrim nio literário da nação.

Os textos, que veremos a seguir, nas suas interconexões, instigam múltiplas discussões sobre a construção de sentido e a difusão de esquemas de pensamento em torno da coletividade nacional; sobre os modos através dos quais, em um contexto de nacionalismo de Estado, as condições da produção literária, da sua circulação e consagração e dos seus usos sociais prescritos fabricam, substancializam e estabilizam percepções partilhadas de Brasil, o sentimento de pertenc a, as imagens interiores, as lembranç as comuns. E, nas distâncias de espaço e de tempo, as saudades.